

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 54.304 - SP (2017/0138389-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : JOSE EDUARDO RABAL
ADVOGADOS : EDERVEK EDUARDO DELALIBERA - SP125035
JOSÉ EDUARDO RABAL (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS -
SP173262
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por **JOSE EDUARDO RABAL** contra acórdão denegatório do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narram os autos que, após a prolação da sentença condenatória, o ora recorrente, então causídico do réu na Ação Penal nº 0002324-67.2014.8.26.0132, foi devidamente intimado para apresentar recurso de apelação, deixando o prazo transcorrer *in albis* o prazo.

Diante da omissão por parte do patrono, o Juízo de primeiro grau aplicou ao advogado multa por abandono do processo, no valor de 10 salários mínimos nos termos do art. 265 do CPP.

Impetrado mandado de segurança na origem, a Corte local denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA ARTIGO 265, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CANCELAMENTO DA MULTA APLICADA - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO FUNDAMENTADA - INEXISTÊNCIA DE DIREITO LIQUIDO E CERTO VIOLADO.
SEGURANÇA DENEGADA." (e-STJ, fl. 98).

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

No presente recurso, alega o recorrente que não houve abandono da causa, pois "apenas um ato processual não foi realizado de acordo com as intimação, no entanto posteriormente realizados." (e-STJ, fl. 127).

Requer o provimento do recurso para que seja anulada a multa aplicada pelo Juízo de primeiro grau.

Contrarrazões apresentadas.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Consoante relatado, o cerne da presente impetração consiste em verificar se há ilegalidade na aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP ao advogado que, intimado para tanto, deixa transcorrer *in albis* o prazo para apresentação do recurso de apelação.

Sobre o tema, esta Corte Superior firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CPP, cuja aplicação não acarreta ofensa ao contraditório e à ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observância do

regramento legal. A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265, CAPUT, DO CPP. INCONSTITUCIONALIDADE. REJEIÇÃO. RENÚNCIA APRESENTADA APÓS A APLICAÇÃO DA PENALIDADE. EFEITOS.

1. Esta Corte já se manifestou no sentido de que não se vislumbra a inconstitucionalidade do art. 265, caput, do CPP, ou ofensa aos princípios do juiz natural, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, em se tratando de sanção de natureza processual, incluindo-se na esfera de discricionariedade regrada do juiz natural do processo.

(...)

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RMS 33.024/RO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 5/3/2015, DJe 17/3/2015.)

Do mesmo modo, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o não comparecimento de advogado a audiência sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível para sua ausência, pode ser qualificado como abandono de causa que autoriza a imposição da multa prevista no art. 265 do CPP.

Nesse sentido, os seguintes julgados deste STJ:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA POR ABANDONO DA CAUSA. ILEGALIDADE DO ATO. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO. PROVIMENTO NEGADO.

1. **Muito embora o advogado tenha tomado ciência inequívoca da nova data para o ato, assinando, inclusive o termo da audiência, a ele não compareceu, nem tampouco cuidou de suscitar suposta nulidade quando intimado para apresentar memoriais. Preferiu quedar-se silente, sem qualquer justificativa.**

2. Assim, a decisão do juízo devidamente fundamentada, acolhendo pedido feito pela Defensoria Pública de imposição de multa ao causídico, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal, não ofende direito líquido e certo do advogado porquanto caracterizado o abandono da causa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no RMS 52.551/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 03/05/2017, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE. INTIMAÇÃO, POR DUAS VEZES, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS. INÉRCIA INJUSTIFICADA.

PENALIDADE DEVIDAMENTE MOTIVADA. EXISTÊNCIA DE ACORDO PESSOAL ENTRE DOIS DOS PATRONOS DA CAUSA QUE NÃO EXIME NENHUM DOS DOIS DE APRESENTAR PETIÇÃO EM JUÍZO RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AO MANDATO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido da constitucionalidade do art. 265 do Código de Processo Penal. Dessa forma, enquanto não sobrevier decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido contrário, não há qualquer óbice à aplicação da multa trazida no artigo em comento. Precedentes.

2. Configura-se o abandono do processo se os patronos do réu, embora intimados por duas vezes para apresentara alegações finais, assim como da possibilidade de aplicação da multa do art. 265 do CPP em caso de inércia injustificada, quedam-se silentes, somente vindo a peticionar nos autos quase um ano depois, alegando não mais representar.

3. Situação em que, embora a impetrante e o advogado que representava o réu afirmem terem sido dispensados de seus serviços em 14/07/2015, somente comunicaram tal dispensa ao juízo em 19/04/2017. E, contradizendo sua alegação, o colega da impetrante peticionou, em carta precatória, requerendo adiamento da audiência para interrogatório do réu, em 13/04/2016.

4. Um acordo pessoal entre a ora recorrente e o outro causídico que, juntamente com ela, figurava como representante da parte em ação penal não a exime da obrigação, da qual tem ciência até por dever de ofício, de renunciar expressamente ao mandato que lhe fora outorgado, comunicando tanto seu cliente quanto o Juízo.

Se não o fez, deve responder pelas consequências de sua postura, valendo seu acordo, no máximo, para pleitear do seu antigo chefe o ressarcimento da multa a si imposta.

5. Recurso a que se nega provimento."

(RMS 56.179/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018, grifou-se).

No caso em exame, o TJSP manteve a multa aplicada ao advogado, nos seguintes termos:

"(...).

Segundo informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau:

"(...) O Impetrante, Advogado Dr. José Eduardo Rabal, teve aplicada em seu desfavor a multa no importe de 10 (dez) salários mínimos atuais (valor fixado pelo Governo Federal), com fulcro no art. 265, do Código de Processo Penal, pelos seguintes motivos:

1 - Foi determinada, pela primeira vez, sua intimação para se manifestar nos autos a fim de apresentar razões de apelação, às fls. 601/602, em data de 07/05/2015, ocorrendo a intimação a fls. 620, em data de 22/05/2015;

2 Em seguida, ante a certidão de fls. 634, datada de 22/06/2015, foi determinada, às fls. 636/637, com data de 29/ 06/ 2015, sua nova intimação, sob pena de abandono do processo, multa e intimação dos acusados para constituírem novo Defensor;

3- A fls. 661, com data de 17/ 07/ 2015, o Dr. José Eduardo Rabal

pediu a abertura de prazo para recurso de apelação, sendo que o prazo já estava aberto desde maio daquele ano, conforme acima exposto;

4 - A fls. 673, foi feita carga dos autos ao Dr. José Eduardo Rabal e, a fls. 673v., nova certidão negativa da D. Serventia;

5 - Ainda assim, houve nova determinação, a fls. 681, para intimar pela derradeira vez, o Dr. José Eduardo Rabal a se manifestar nos autos, sob as penas já citadas, tendo ocorrido a intimação a fls. 682, com data de 03/09/2015;

6 - Por fim, a fls. 696v., nova certidão negativa da D. Serventia, o que levou à decisão de fls. 697/698, que aplicou a referida multa ao Dr. Advogado.

Observo, por oportuno, que o Dr. José Eduardo Rabal, em que pese o respeito que merece, costumeiramente não se manifesta nos autos, no prazo que lhe é concedido e em todas as ações penais em que atua nesta Vara, tendo, inclusive, já sido apenado por este Juízo na forma do art. 265, do Código de Processo Penal, em outra ação penal, salvo engano deste subscritor, mais de uma vez (...)."

Pois bem. Conforme informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, o impetrante foi regularmente intimado várias vezes para que apresentasse razões de apelação, mas não fez. Nem mesmo quando ele próprio requereu a abertura Mandado de Segurança nº 2137063-77.2016.8.26.0000 de prazo para a apresentação da peça em questão, estas foram apresentadas.

Informou, ainda, o Magistrado de primeiro grau, que o impetrante "costumeiramente não se manifesta nos autos, no prazo que lhe é concedido".

Portanto, não há que se falar em ocorrência de ilegalidade no caso em tela.

Neste sentido, confira-se manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça (fls. 83/89):

"(...) De fato, tudo indica que a nobre autoridade demandada exauriu, dentro do estrito âmbito de suas atribuições, todos os atos possíveis para o atendimento daquilo que determinou, e, por fim, decidiu aplicar a penalidade legalmente prevista (...)."

Destarte, nada de ilegal contém a fundamentada decisão de primeira instância, falecendo ao impetrante direito líquido e certo a ser amparado por mandado de segurança.

Destarte, por não se vislumbrar violação à direito líquido e certo do impetrante, denega-se a segurança." (e-STJ, fls. 99-101).

Como se vê, apesar de o advogado constituído ter sido reiteradamente intimado para oferecer o recurso de apelação, deixou transcorrer o prazo recursal, sem, contudo, apresentar nenhuma justificativa. O Juízo de origem ainda consignou que "o Dr. José Eduardo Rabal, em que pese o respeito que merece, costumeiramente não se manifesta nos autos, no prazo que lhe é concedido e em todas as ações penais em que atua nesta Vara, tendo, inclusive, já sido apenado por este Juízo na forma do art. 265, do Código de Processo Penal, em outra ação penal." (e-STJ, fl. 100).

Com efeito, a postura do defensor em deixar de cumprir atos indispensáveis ao regular desenvolvimento do processo consiste em verdadeira afronta ao devido processo legal e à ampla defesa, paralisando a tramitação processual do feito, além de causar prejuízo ao réu, em razão da demora na remessa dos autos ao Tribunal.

Nesse mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE. CAUSÍDICO INTIMADO DUAS VEZES PARA APRESENTAR AS RAZÕES DA APELAÇÃO. PRAZO LEGAL TRANSCORRIDO IN ALBIS. MOTIVO IMPERIOSO. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA PENALIDADE. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CPP, cuja aplicação não acarreta ofensa ao contraditório e à ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observância do regramento legal.

2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o não comparecimento de advogado a audiência sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível para sua ausência, pode ser qualificado como abandono de causa que autoriza a imposição da multa prevista no art. 265 do CPP.

3. No caso em exame, o advogado, intimado por duas vezes, deixou de oferecer contrarrazões de apelação sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível, causando verdadeira afronta ao devido processo legal e à ampla defesa, paralisando a tramitação processual do feito, além de causar prejuízo ao réu, em razão da demora na remessa dos autos ao Tribunal, o que só ocorreu após cerca de 10 meses da prolação da sentença condenatória.

4. Hipótese em que o agravante não trouxe nenhum argumento apto a justificar a inversão do julgado. Ao contrário do alegado, não há falar em ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório diante da previsão legal expressa da multa processual prevista no art. 265 do CPP.

5. Esta Corte, em diversas decisões, entende que não apresentadas as razões pelo causídico nomeado pelo réu, deverá ele ser intimado para nomear novo patrono e, caso indique ou permaneça inerte, deverá ser nomeada a Defensoria Pública ou Defensor Dativo, para a realização do ato, que, portanto, não pode ser considerado indispensável. (AgRg no RMS 57.637/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 6/9/2018).

6. Agravo não provido."

(AgRg no RMS 58.367/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 25/03/2019).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE. INTIMAÇÃO, POR DUAS VEZES, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS. INÉRCIA INJUSTIFICADA. PENALIDADE DEVIDAMENTE MOTIVADA. EXISTÊNCIA DE ACORDO PESSOAL ENTRE DOIS DOS PATRONOS DA CAUSA QUE NÃO EXIME NENHUM DOS DOIS DE APRESENTAR PETIÇÃO EM JUÍZO RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AO MANDATO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido da constitucionalidade do art. 265 do Código de Processo Penal. Dessa forma, enquanto não sobrevier decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido contrário, não há qualquer óbice à aplicação da multa trazida no artigo em comento. Precedentes.

2. Configura-se o abandono do processo se os patronos do réu, embora intimados por duas vezes para apresentara alegações finais, assim como da possibilidade de aplicação da multa do art. 265 do CPP em caso de inércia injustificada, quedam-se silentes, somente vindo a peticionar nos autos quase um ano depois, alegando não mais representar. (...)

5. Recurso a que se nega provimento." (RMS 56.179/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018).

Desse modo, não se verifica ilegalidade ou ofensa à direito líquido e certo do causídico, ora recorrente.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Transcorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator